ATA DA 6ª SESSÃO ORDINÁRIA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 18ª LEGISLATURA DA CÂMARA MUNICIPAL DE SALVADOR (CMS), REALIZADA NO DIA 18 DE FEVEREIRO DE 2019.

PRESIDENTE: VEREADOR GERALDO JÚNIOR

1º SECRETÁRIO: VEREADOR CARLOS MUNIZ

2º SECRETÁRIO: VEREADOR ORLANDO PALHINHA

Compareceram os senhores vereadores: ALADILCE SOUZA, ALEX MINE, ALEXANDRE ALELUIA, ALFREDO MANGUEIRA, ANA RITA TAVARES, ATANÁZIO JÚLIO, BECA, CARLOS MUNIZ, CÁTIA RODRIGUES, CEZAR LEITE, DANIEL RIOS, DEMÉTRIO OLIVEIRA, DUDA SANCHES, EDVALDO BRITO, FÁBIO SOUZA, GERALDO JÚNIOR, HÉLIO FERREIRA, HENRIQUE CARBALLAL, IREUDA SILVA, ISNARD ARAÚJO, JOCEVAL RODRIGUES, JOSÉ TRINDADE, KIKI BISPO, LORENA BRANDÃO, LUIZ CARLOS SUÍCA, MARCELLE MORAES, MARCOS MENDES, MARTA RODRIGUES, MAURÍCIO TRINDADE, MOISÉS ROCHA, ODIOSVALDO VIGAS, ORLANDO PALHINHA, PAULO MAGALHÃES JÚNIOR, PEDRO GODINHO, RICARDO ALMEIDA, SABÁ, SÉRGIO NOGUEIRA, SIDNINHO, SÍLVIO HUMBERTO, TEO SENNA, TOINHO CAROLINO e VADO MALASSOMBRADO. Havendo número legal, o senhor presidente declarou aberta a Sessão, anunciando a votação da Ata da Sessão anterior, a qual foi aprovada sem restrições. Em seguida, foi realizada a leitura do Expediente, que constou do seguinte: Ofício DEDICA n. 21/19 da Defensoria Pública do Estado em resposta a Ofício da CMS; Ofício SEC n. 158/19 do Comando-Geral da Polícia Militar em resposta a pleito de vereador; Ofício n. 49/19 do Gabinete do Prefeito devolvendo os autógrafos dos Projetos de Lei n.s 186/18, 224/18 e 298/18, os quais, sancionados, constituíram-se nas Leis n.s 9.418/18, 9.419/18 e 9.439/18; Projetos de Lei n.s 46/19 da vereadora Marcelle

Moraes, 47/19 da vereadora Aladilce Souza e 48/19 do vereador Marcos Mendes; Projetos de Indicação n.s 41/19 da vereadora Aladilce Souza, 42/19 da vereadora Marcelle Moraes, 43/19 da vereadora Lorena Brandão, 44/19 da vereadora Aladilce Souza, 45/19 do vereador Marcos Mendes, 46 e 47/19 do vereador Sílvio Humberto, 48/19 do vereador Sabá, 49/19 da vereadora Marcelle Moraes e 50/19 da vereadora Lorena Brandão; Projetos de Resolução n.s 30/19 do vereador Cezar Leite e 31/19 do vereador Luiz Carlos Suíca; Requerimentos n.s 72/19 da vereadora Aladilce Souza,73/19 do vereador Luiz Carlos Suíca, 74 a 81/19 do vereador Teo Senna, 82/19 do vereador José Trindade, 83/19 do vereador Ricardo Almeida e 84 e 85/19 da Mesa Executiva; Requerimento de Utilidade Pública n. 15/19 do vereador Sidninho; e Moção n. 12/19 da vereadora Aladilce Souza. Terminada a leitura do Expediente, o senhor presidente informou ter recebido de presente, do vereador Odiosvaldo Vigas, o livro O Negro e suas Africanidades, do qual esse edil era organizador. Na **Tribuna Popular**, ocupou inicialmente a Tribuna o senhor Ramon Rodrigues Souza, diretor do Sindicato dos Trabalhadores de Limpeza Urbana e de Empresas de Asseio e Conservação do município de Salvador (SINTRAL-BA), que discorreu as demissões em massa que aconteciam com os trabalhadores terceirizados da limpeza pública. Expôs sobre os vários tipos de profissionais que compõem a categoria e disse que ela era penalizada em nome de se conterem despesas, mesmo se tratando de pessoas remuneradas com um salário-mínimo, enquanto a Prefeitura gastava muito mais em eventos. Pediu sensibilidade ao vice-prefeito Bruno Reis. Pediu ainda para serem recebidos pelo prefeito ACM Neto. Lembrou um momento em que a Casa apoiou medida da Prefeitura, afirmando que isso acabou por fazer famílias de trabalhadores passarem fome, e pediu que os vereadores, neste momento, se posicionassem, unindo-se em nome dos trabalhadores. O senhor presidente registrou a presença do deputado estadual e ex-vereador Soldado Prisco. Ainda na Tribuna Popular, subiu à Tribuna o senhor Henrique Balthazar da Silveira, do Sindicato dos Mototaxistas (SINDIMOTO-BA). O orador lembrou que Salvador

foi uma das últimas cidades a regulamentar o serviço de mototáxi. Expôs sobre as dificuldades de se manterem equipamentos novos, com até cinco anos de uso, para se atender às exigências da regulamentação. Pediu que os mototaxistas pudessem ter os equipamentos comprados em nome de parentes, o que facilitaria essa aquisição. Observou que o Carnaval se aproximava e que era importante ter a situação melhorada. Dando seguimento à mesma representação, o senhor Marcelo Barbosa esclareceu que o Sindicato não era contra a regulamentação, mas entendia que ela fora feita de maneira errada. Pediu que os mototaxistas tivessem os mesmos direitos que os taxistas, como espaço para formarem filas nas portas de eventos e instalação de pontos em *shoppings* e no Aeroporto, explicando que esses pleitos foram negados pela Secretaria de Mobilidade (SEMOB), o que considerou absurdo frente ao valor de 12 mil reais que pagavam pela regulamentação. O senhor presidente informou reunião, em 11 de março, sobre a Comissão de Legislação Participativa. Em seguida, foram discutidos, votados e aprovados os Requerimentos n.s 84/19 e 85/19. Nos **Comentários à Tribuna Popular**, o vereador Kiki Bispo contou ter comparecido à posse de Pedro Rogério Godinho, filho do vereador Pedro Godinho, como juiz eleitoral substituto. Sobre a Tribuna Popular, disse que era atento às questões trazidas e que, sobre elas, faria o possível, observando o necessário respeito à atuação dos vereadores. O vereador José Trindade declarou indignação com a Secretaria Municipal de Trabalho, Esportes e Lazer (SEMTEL), afirmando que seu gestor, Alberto Pimentel, pôs nela um indivíduo processado por agredir mulher. Disse que o secretário Pimentel não recebia os vereadores e agredia a imprensa. Em aparte, a vereadora Marcelle Moraes disse que, como procuradora da Mulher, não aceitaria um agressor de mulher na Secretaria, e o orador lhe prometeu dar o nome da pessoa, para as devidas providências. Também em aparte, o vereador Carlos Muniz se associou e pediu que o secretário viesse dar explicações na Casa. O senhor presidente pediu que fossem trazidos documentos comprobatórios do que era alegado, para que a Casa se posicionasse, e disse ao vereador Carlos Muniz que a Mesa acolheria

Requerimento para convite ao secretário. O vereador Moisés Rocha observou o silêncio de muitos pares sobre problemas no Governo Federal. Salientou a importância dos trabalhadores que vinham à Casa garantir seu trabalho, sua renda e sua honra. Observou que o PT saiu do poder federal havia dois anos, o ex-Presidente Lula estava preso e graves problemas aconteciam, inclusive relativos às mudanças previdenciárias. Declarou apoio aos oradores da Tribuna Popular e pediu que a classe trabalhadora sempre viesse à Casa. O vereador Sidninho comentou sobre a SEMTEL ter em seu quadro um homem que respondia a processo por agressão a mulher e disse que o secretário da Pasta deveria vir à Casa prestar esclarecimentos. Contou que participou da criação da Comissão Especial dos Mototaxistas, quando viu as mesmas queixas no momento apresentadas, e defendeu a extensão, aos mototaxistas, dos direitos dos taxistas, como isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) e do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação (ICMS). Ressaltou a importância da Comissão para atender as necessidades da categoria. A vereadora Aladilce Souza saudou os trabalhadores que vieram à Tribuna e pediu que a Casa lhes desse atenção, declarando seu próprio apoio. Defendeu que os mototaxistas tivessem os mesmos direitos dos taxistas. Sobre a fala do vereador José Trindade, disse que o fato apontado mostrava aproximação da Prefeitura com o Governo Federal e repudiou a presença, na Secretaria, de acusado por agressão a mulher, lembrando o papel fiscalizatório da CMS. Destacou a importância da Secretaria e disse que os edis fariam perguntas ao secretário na CMS. A vereadora Marcelle Moraes declarou surpresa com a presença de um agressor de mulher num órgão da Prefeitura e pediu ao vereador José Trindade subsídios para que pudesse agir a respeito, considerando que o prefeito desconhecia essa situação. Defendeu que, se comprovada a acusação, o agressor fosse exonerado do cargo. Em aparte, a vereadora Lorena Brandão disse ter sido bem atendida pelo secretário e que o perfil dele não era de consentir com um agressor de mulheres. A oradora concluiu

dizendo que lugar de agressor de mulheres era na cadeia. O vereador Marcos Mendes se associou ao representante da SENTREL e disse que já tinha tomado providências sobre a situação que ele expôs, e que seguiria atuando através da Comissão de Educação. Sobre os mototaxistas, afirmou que a exigência de até cinco anos para as motos era desarrazoada e que os profissionais pleiteavam apenas a isonomia. Registrou que o trabalho deles foi prejudicado, num evento, por prepostos da Guarda Civil Municipal de Salvador (GCMS), mesmo havendo Termo de Ajuste de Conduta (TAC) a esse respeito, e lembrou que a atribuição da GCMS é patrimonial, não lhe cabendo agir sobre trabalhadores. Pela ordem, o vereador José Trindade informou os dados sobre o acusado de agressão à mulher e disse já os ter passado para a procuradora da Mulher, vereadora Marcelle Moraes. O senhor presidente pediu que os dados lhe fossem também passados e afirmou que algo dessa natureza deveria ser abraçado por todos os edis, independente de posição política. O vereador Luiz Carlos Suíca pediu que os vereadores se ativessem ao conteúdo da Tribuna Popular, ressalvado haver importância no que era trazido pelo vereador José Trindade. Historiou o trabalho da Casa para a regulamentação dos mototaxistas e defendeu que ela fosse melhorada, sobretudo no atual cenário nacional, sobre o qual comentou. Lembrou sua origem sindical e disse que havia armadilhas para os trabalhadores. O senhor presidente parabenizou o eleito como Rei Momo, Renildo Barbosa. No **Pinga-Fogo**, o vereador Henrique Carballal citou poema de Vladimir Maiakovski sobre a falta de reação a perdas de direitos e convidou todos para audiência pública na quarta-feira, às 9h, sobre os direitos dos torcedores de futebol, cujo acesso aos estádios era negado, o que considerou afrontoso ao Estatuto do Torcedor. Em aparte, o vereador Moisés Rocha endossou a fala, afirmando que se retirava um direito dos pobres e refutando a fala do prefeito de Belo Horizonte de que ir a estádio de futebol era programa de rico. Disse que não cabia ao Ministério Público (MP) tomar medidas restritivas ao acesso aos estádios. O vereador Henrique Carballal disse que não agia contra o Estado, mas sim, defendia direitos. O senhor

presidente elogiou o orador. A vereadora Marta Rodrigues contou ter ido ao evento onde os mototaxistas foram impedidos de trabalhar, o que também aconteceu com o bloco Monotrio, e criticou a Prefeitura, lembrando o TAC para a atividade dos profissionais e considerando haver tirania da Prefeitura. Convidou para evento da Comissão de Reparação, nesta noite, em repúdio à morte de um jovem negro por um segurança de supermercado, no Rio de Janeiro. Elogiou a atuação do vereador Moisés Rocha e disse que a CMS era onde ecoavam as vozes contra o racismo e outras questões. O senhor presidente informou que, na semana seguinte, seria instalada a Comissão de Ética e Decoro Legislativo, e consultou o Plenário sobre haver consenso a respeito do uso de comunicações inadiáveis e apartes. Havendo consenso, deu-se a deliberação prevista no art. 240 do Regimento Interno (RI), relativo a interpretações do RI em Plenário, sobre assunto controverso, para se constituir precedente regimental a orientar na solução de casos análogos, tendo sido a decisão, por dois terços dos presentes, no sentido de serem vedados os apartes e comunicações inadiáveis durante o Pinga-Fogo e os Comentários à Tribuna Popular. Nas **Representações Partidárias**, o vereador Sidninho comentou sobre a cobrança de IPTU, elogiando decisão de desembargadora para anulação da cobrança de 2014. Considerou falácia a postura da Prefeitura sobre capacidade de endividamento e criticou a condução tributária da gestão municipal. O vereador Luiz Carlos Suíca parabenizou o Rei Momo e disse que "a carne mais barata é a carne negra", referindo-se à morte do jovem no Rio de Janeiro. Repudiou o espancamento de uma mulher noticiado na TV. Disse que a história do País era destrutiva aos negros e pediu que parassem de matar a juventude negra. O vereador Teo Senna disse que a Oposição estava dividida e que isso se refletia no discurso sobre o IPTU. Disse ainda que era usuário do Plano de Assistência à Saúde dos Servidores Públicos da Bahia (Planserv) e expôs sobre a impossibilidade de se fazerem exames pelo Plano, em razão das cotas recém-criadas. Lembrou o momento em que o Governo do Estado pôs a Polícia para conter professores que se manifestavam por direitos. Contou sobre a criação do

Fundo de Custeio da Previdência Social dos Servidores Públicos do Estado da Bahia (Funprev), apontando problemas e criticando o governador Rui Costa pela postura com os servidores. Em aparte, associou-se o vereador Cezar Leite, contando sobre audiência pública sobre o assunto e lembrando que o PT anunciara medidas diferentes das que foram realmente tomadas. Em comunicação inadiável, o vereador Cezar Leite informou a atuação do MP a partir de provocação sua a respeito do Fórum Social Mundial e da não-realização de licitação no evento. Em comunicação inadiável, a vereadora Aladilce Souza pediu a retirada, da Ata, de termos considerados desrespeitosos. Em comunicação inadiável, o vereador Marcos Mendes disse que os fatos atuais eram decorrência da mentalidade escravizadora do colonizador branco e comentou sobre a morte do jovem no Rio de Janeiro, que relacionou à morte de pessoas no Cabula, em ação policial, quatro anos antes. Convocou para a manifestação de logo mais, explicando que ela seria contra o racismo institucional. A vereadora Aladilce Souza associou-se ao vereador Marcos Mendes e defendeu que a Bahia e Salvador, com sua imensa população negra, expressassem repúdio a atos racistas. Informou que o prefeito criaria um comitê para atuar em planos de mobilidade urbana, lembrando que a Casa tinha Projeto sobre o assunto, e disse que faria Projeto de Indicação para que esse comitê tivesse composição aberta, não se limitando a membros da Prefeitura. Verificada falta de *quorum*, a Sessão foi suspensa por quinze minutos. Não se restabelecendo o *quorum*, o senhor presidente declarou encerrada a Sessão, antes marcando outra para o dia seguinte, à hora regimental. REGISTROS: registro do vereador Alfredo Mangueira.

PRESIDENTE

1º SECRETÁRIO 2º SECRETÁRIO